



**DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO**

**NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES**

**TEXTO COM REDAÇÃO FINAL**

*Versão para registro histórico*

*Não passível de alteração*

COMISSÃO ESPECIAL - PEC 171/93 - MAIORIDADE PENAL			
EVENTO: Reunião Ordinária	REUNIÃO Nº: 0437/15	DATA: 29/04/2015	
LOCAL: Plenário 5 das Comissões	INÍCIO: 15h01min	TÉRMINO: 16h13min	PÁGINAS: 29

**DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO**

(Empty form)

**SUMÁRIO**

(Empty form)

**OBSERVAÇÕES**

Há orador não identificado em breve intervenção.  
Houve intervenção fora do microfone. Ininteligível.  
Houve intervenção inaudível.



---

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Andre Moura) - Havendo número regimental, declaro aberta a 4<sup>a</sup> Reunião da Comissão Especial destinada a proferir parecer à Proposta de Emenda à Constituição nº 171-A, de 1993, do Sr. Benedito Domingos e outros, e suas apensadas.

Encontra-se à disposição das Sras. Deputadas e dos Srs. Deputados cópia da ata da 3<sup>a</sup> Reunião, realizada no dia 22 de abril. Pergunto se há necessidade da leitura da referida ata.

**O SR. DEPUTADO NELSON MARQUEZELLI** - Não, Sr. Presidente, pode dar a dispensa.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Andre Moura) - Não havendo discordância, fica dispensada a leitura da ata, a pedido do Deputado Nelson Marquezelli.

Em discussão a ata. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discuti-la, em votação.

Os Deputados que a aprovam permanecem como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovada a ata.

Comunico que foi recebido pela Secretaria da Comissão os seguintes expedientes:

Em 23 de abril, Ofício nº 509, de 2015, assinado pelo Sr. Rogério de Oliveira Silva, Vice-presidente do Conselho Federal de Psicologia, reiterando o posicionamento contrário à redução da maioridade penal e o reencaminhamento do parecer daquele órgão relativo ao tema.

Em 27 de abril de 2015, Ofício nº 36, de 2015, do gabinete do Deputado Federal Orlando Silva, encaminhando nota assinada por 65 entidades militantes do Movimento Negro, repudiando a PEC 171/93, que reduz a maioridade penal de 18 para os 16 anos.

Em 28 de abril, Ofício nº 103, de 2015, da Liderança do PPS, que desliga o Deputado Rubens Bueno, do PPS do Paraná, e indica o Deputado Arnaldo Jordy, do PPS do Pará, para titular e o Deputado Hissa Abrahão, do PPS do Amazonas, para suplente desta Comissão.

Em 28 de abril, Ofício nº 68, de 2015, do gabinete do Deputado Hugo Leal, justificando sua ausência à reunião realizada em 22 de abril por estar, naquela data, participando da 14<sup>a</sup> Sessão da Comissão de Especialistas em Administração Pública



---

do Conselho Econômico e Social das Nações Unidas, em Nova Iorque, Estados Unidos.

Em 28 de abril, Ofício nº 35, de 2015, do gabinete do Deputado Juscelino Filho, do PRP do Maranhão, justificando sua ausência à reunião realizada em 22 de abril por motivo de saúde.

Ordem do Dia.

Matéria sobre a mesa — inclusão extrapauta de requerimentos. Como é extrapauta, eu farei a leitura dos requerimentos e, logo após, nós votaremos em bloco os demais requerimentos:

Requerimento da Sra. Maria do Rosário e outros, que “*requer a realização de audiência pública (ou encontro) na Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul para discutir a PEC 171/93, que altera a redação do art. 228 da Constituição Federal*”.

**O SR. DEPUTADO ALESSANDRO MOLON** - Sr. Presidente, se V.Exa. permitir, eu também gostaria de subscrever e indagar a V.Exa. uma questão: pelo que eu entendi, o prazo de apresentação terminou ontem, não é isso?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Andre Moura) - É isso.

**O SR. DEPUTADO ALESSANDRO MOLON** - Então, eu apresentei um requerimento — o meu requerimento é o de nº 2 da pauta —, mas eu não me dei conta de que era a data limite para apresentar a proposta de realização de seminários, como este. É isso ou ainda é possível?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Andre Moura) - É isso.

**O SR. DEPUTADO ALESSANDRO MOLON** - Então, V.Exa. poderia submeter um adendo ou emenda a esse requerimento da Deputada Maria do Rosário, incluindo Rio de Janeiro também?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Andre Moura) - Perfeito. A Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro?

**O SR. DEPUTADO ALESSANDRO MOLON** - Isso, a Assembleia Legislativa.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Andre Moura) - O.k., inclui-se a Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro.

**O SR. DEPUTADO ALESSANDRO MOLON** - Obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Andre Moura) - Em votação o requerimento.



---

**O SR. DEPUTADO JOÃO CAMPOS** - Sr. Presidente, era possível incluir o Estado de Goiás, por favor?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Andre Moura) - Inclui-se o Estado de Goiás.

**(Não identificado)** - E o de São Paulo?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Andre Moura) - Está incluído o Estado de São Paulo. São Paulo já tem?

**O SR. DEPUTADO ALESSANDRO MOLON** - E Minas Gerais, Sr. Presidente, então.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Andre Moura) - Inclui-se Minas Gerais, a pedido do Deputado Alessandro Molon. Para Minas Gerais, já temos requerimentos pautados também.

**O SR. DEPUTADO ALESSANDRO MOLON** - Para Minas Gerais? Perfeito.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Andre Moura) - Estão incluídos Rio de Janeiro e Goiás.

**O SR. DEPUTADO NELSON MARQUEZELLI** - Sr. Presidente, desse jeito nós vamos votar daqui a 2, 3 anos. Eu quero votar daqui a 2, 3 meses

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Andre Moura) - Deputado Marquezelli, o que ficou estabelecido aqui, na reunião passada, foi que o Relator, Deputado Laerte Bessa, irá apresentar um plano de trabalho com um cronograma estabelecido. Dos requerimentos aqui aprovados, obviamente nós vamos tentar — e o Relator é quem vai apresentar esse plano de trabalho — incluir o máximo possível de audiências públicas aqui, diligências, e, também do mesmo jeito, seminários em outros Estados, desde que se cumpra rigorosamente o estabelecido no cronograma que será apresentado pelo Deputado Laerte Bessa, nosso Relator.

**O SR. DEPUTADO NELSON MARQUEZELLI** - Sr. Presidente, eu gostaria que o Relator também incluisse a oportunidade de trazermos aqui o Ministro da Defesa — não é brincadeira, não —, porque nós queríamos ouvir também a sua posição, certo?

Eu sou favorável, repito aqui, sou favorável e estou estudando com profundidade o que aconteceu na Inglaterra. Serve de modelo para o mundo todo.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Andre Moura) - Deputado Marquezelli, na hora em que estivermos aqui apreciando o requerimento de convite de audiência, V.Exa. pede a inclusão do Ministro da Defesa.

O Requerimento nº 51, da Deputada Maria do Rosário, subscrito pelos Deputados Alessandro Molon, João Campos e Darcísio Perondi, está em votação.

Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Vou fazer um questionamento aos Srs. Deputados e às Sras. Deputadas. Os requerimentos extrapauta, como vejo que há um acordo, acho que não há disputa, há necessidade de os colocarmos em votação nominal? Não? Então, podemos fazer individualmente? O.k. A decisão é de comum acordo com todos os Deputados e Deputadas no plenário.

Requerimento de audiência pública para que seja convidado o Sr. Manoel Costa Neto, Juiz da Comarca de São Cristovão, no Estado de Sergipe, para ser ouvido na Comissão Especial da Redução da Maioridade Penal. O requerimento é de minha autoria.

Deputado Marquezelli, V.Exa. quer incluir neste requerimento o convite ao Ministro da Defesa?

**O SR. DEPUTADO NELSON MARQUEZELLI** - Eu preferiria atender ao colega que tem uma sugestão nesta hora.

**O SR. DEPUTADO FAUSTO PINATO** - O meu requerimento está em pauta, Presidente?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Andre Moura) - Está. Todos estão.

**O SR. DEPUTADO FAUSTO PINATO** - Então, tudo bem.

**O SR. DEPUTADO NELSON MARQUEZELLI** - Sr. Presidente, eu gostaria de incluir o Ministro da Defesa, Jaques Wagner.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Andre Moura) - Incluímos o Ministro da Defesa, Jaques Wagner, colocando o Deputado Nelson Marquezelli como subscrito.

V.Exa. vai subscrever também? O.k.

Em votação o requerimento que convida o Juiz Manoel Costa Neto e o Ministro da Defesa, Jaques Wagner.

Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)



Aprovado.

Requerimento de autoria dos Srs. Deputados Andre Moura e Eduardo Bolsonaro que “requer audiência pública para discussão da PEC 171, de 1993, que altera a redação do art. 228 da Constituição Federal e seus apensados e requer que seja convidado a vir a esta Comissão o Sr. Marcelo Resende, da *TV Record*; o Sr. José Luiz Datena, da *TV Bandeirantes*; o Sr. Caco Barcelos, da *Rede Globo*, e a Sra. Raquel Sheherazade, da *TV SBT*.

Pois não, Deputada Magda Mofatto.

**A SRA. DEPUTADA MAGDA MOFATTO** - Sr. Presidente, eu fiz um Requerimento de nº 45/15, Requerimento de nº 12, que está na lista para ser aprovado, que convida o cantor Amado Rodrigues Batista para vir aqui também prestar seu depoimento e também discutir a matéria. Eu gostaria de pedir a V.Exa. que inclua nessa lista Amado Batista.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Andre Moura) - Deputada Magda, o requerimento de V.Exa. já está pautado. Nós vamos votá-lo.

**A SRA. DEPUTADA MAGDA MOFATTO** - Já está, mas gostaria de incluir Amado Batista, se for possível.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Andre Moura) - O momento da participação e em qual audiência ela se dará, o Deputado Laerte Bessa vai definir.

**A SRA. DEPUTADA MAGDA MOFATTO** - Ótimo.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Andre Moura) - Depois V.Exa. solicita ao Deputado a possibilidade de incluir no dia em que eles vierem.

**A SRA. DEPUTADA MAGDA MOFATTO** - No mesmo dia, na mesma audiência. O.k.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Andre Moura) - É o Deputado Laerte Bessa quem define depois.

Em votação o requerimento.

Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovado o requerimento.

Nós temos aqui uma série de requerimentos. E como são requerimentos que foram protocolados dentro do prazo regimental, vou fazer apenas a leitura deles e



indago às Sras. e aos Srs. Deputados se podemos colocá-los para votar em bloco, os demais requerimentos. O.k.?

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Andre Moura) - Temos apenas uma observação a ser feita em relação ao Requerimento nº 43, de 2015, de autoria da Deputada Margarida Salomão, 2ª Vice-Presidente desta Comissão.

O requerimento solicita realização de audiência pública na Assembleia Legislativa de Minas Gerais. No entanto, de acordo com o art. 46 do Regimento Interno desta Casa, é vedado às Comissões reunirem-se fora da sede da Câmara, e audiência pública é um tipo de reunião da Comissão, perante o art. 255.

Proponho, portanto, que seja feita a mesma alteração que sofreu o Requerimento nº 16, de 2015, anteriormente aprovado neste colegiado.

Aprovemos o requerimento, substituindo-se o termo “audiência pública” por “encontro”.

Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Passo à leitura dos requerimentos para que possamos votá-los em bloco:

Requerimento nº 34, de 2015, de autoria do Sr. Deputado Glauber Braga, que *“requer que seja ouvido nesta Comissão, para expor sobre o tema, o Sr. Rafael Borges, do Instituto Carioca de Criminologia”*.

Requerimento nº 35, de 2015, do Sr. Deputado Alessandro Molon, que *“requer audiência pública, para discutir a PEC nº 171, de 1993, e seus apensados, com a presença dos seguintes convidados: Andresa Porto, Coordenadora de Advocacia da Rede Justiça Criminal; Angélica Moura Goulart, Presidenta do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente da Secretaria de Direitos Humanos — CONANDA; D. Raymundo Damasceno Assis, Cardeal-Arcebispo e Presidente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil — CNBB; José Ricardo dos Santos Costa, Presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros — AMB; Gary Stahl, Representante do Fundo das Nações Unidas para a Infância — UNICEF no Brasil; Marcus Vinicius Furtado Coêlho, Presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil — OAB Nacional; Mariza Monteiro Borges, Presidenta do Conselho Federal de Psicologia; Mônica Brito,*



---

*Coordenadora Colegiada da Associação Nacional dos Centros de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente; Patrícia Kettermann, Presidenta da Associação Nacional dos Defensores Públicos — ANADEP; e Norma Angélica Reis Cardoso Cavalcanti, Presidente da Associação Nacional dos Membros do Ministério Público — CONAMP”.*

Requerimento nº...

**O SR. DEPUTADO ALESSANDRO MOLON** - Sr. Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Andre Moura) - Pois não, Deputado.

**O SR. DEPUTADO ALESSANDRO MOLON** - Desculpe-me interrompê-lo.

Quero apenas fazer uma rápida retificação. Quando preparamos o requerimento, tínhamos pensado em Dom Raimundo, que era o Presidente da CNBB. A CNBB acaba de eleger o novo Presidente, que é Dom Sérgio. Então pediria apenas a substituição de Dom Raimundo por Dom Sérgio, Presidente eleito da CNBB.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Andre Moura) - O.k. Perfeito.

Requerimento nº 36, de 2015, do Sr. Deputado Sérgio Vidigal, que “*requer audiência pública para debater redução da maioridade penal, com a presença dos senhores: Fernando Antônio Nogueira Galvão da Rocha, Juiz Civil do Tribunal de Justiça Militar de Minas Gerais; e Rogério Greco, Promotor de Justiça*”.

Requerimento nº 37, de 2015, do Sr. Deputado Fausto Pinato, que “*requer audiência pública para discutir a PEC nº 171, com a presença do Juiz de Direito, Evandro Pelarin, da Vara da Infância e da Juventude da Comarca de Fernandópolis, no Estado de São Paulo*”.

Requerimento nº 38, de 2015, do Exmo. Sr. Deputado Laerte Bessa, que “*requer audiência pública para discutir a Proposta de Emenda à Constituição, PEC nº 171, de 1993, que visa reduzir a maioridade penal, com a presença dos seguintes convidados: a Sra. Mônica Chmielewski Ferreira, Delegada da Polícia Civil do Distrito Federal; a Sra. Valéria Martirena, Delegada da Polícia Civil do Distrito Federal; Denis Rosenfiel, Doutor em Filosofia pela Universidade de Paris; Contardo Caligaris, Doutor em Psicologia Clínica pela Universidade da Provença; Thales Cezar de Oliveira, Promotor de Justiça da Infância e Juventude do Estado de São Paulo; Pedro Paulo Castelo Branco, Professor do Departamento de Direito da Universidade de Brasília — UnB; Bernardo Santana de Vasconcellos, Secretário de*



---

*Estado da Defesa Civil de Minas Gerais; José Mariano Benincá Beltrame, Secretário de Estado de Segurança Pública do Rio de Janeiro; Miguel Reale Junior, Advogado e Chefe do Departamento de Direito Penal da Universidade de São Paulo”.*

Requerimento nº 39, de 2015, do Exmo. Sr. Deputado Sérgio Vidigal, que “*requer audiência pública para que seja convidado o Advogado e Vereador Ari Friedenbach, para ser ouvido na Comissão Especial de Maioridade Penal*”.

Requerimento nº 40, de 2015, do Exmo. Sr. Deputado Lincoln Portela, que “*solicita que seja convidada a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge para expor sobre o tema proposto da Comissão Especial*”.

Requerimento nº 41, de 2015, que “*requer audiência pública para debater a questão do menor infrator no País, do Deputado Silas Freire, bem como debater a dificuldade de elucidação dos crimes com a participação de menores com a presença dos seguintes convidados: Antônio Lopes de Oliveira, Juiz Titular da 2ª Vara da Infância e da Juventude da Comarca de Teresina-PI, e José Paulo Pires, Presidente da Federação Nacional dos Delegados de Polícia Civil*”.

Requerimento nº 42, de 2015, da Sra. Deputada Margarida Salomão, que “*requer que sejam convidados o Sr. João Batista Costa Saraiva, ex-Juiz de Direito na área da Infância e Juventude, a Sra. Santa Alves, Presidenta da União dos Negros pela Igualdade — UNEGRO-DF, para que possam ser ouvidos nesta Comissão*”.

Requerimento nº 43, de 2015, também da Sra. Deputada Margarida Salomão, para realização de audiência pública na Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais.

Requerimento nº 44, de 2015, do Sr. Deputado Adelmo Carneiro Leão, para que seja realizada audiência pública, visando “*debater a redução da maioridade penal, com os seguintes convidados: Renato Sérgio Lima, Vice-Presidente do Conselho de Administração do Fórum Brasileiro de Segurança Pública; Julita Lemgruber, membro do Conselho de Direito Institucional, Jesus Trindade Barreto Júnior, Delegado da Polícia Civil do Estado de Minas Gerais; e Oscar Vilhena Vieira, Diretor da Escola de Direito de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas*”.



Requerimento nº 45, de 2015, Exma. Sra. Deputada Magda Mofatto, que “*requer que seja ouvido nesta Comissão, para expor sobre o tema, o Sr. Amado Rodrigues Batista, cantor e compositor brasileiro*”.

Requerimento nº 46, de 2015, também da Exma. Sra. Deputada Magda Mofatto, que “*solicita que sejam ouvidos os seguintes convidados: Marisa Deppman, mãe do escritor Victor Hugo Deppman, assassinado por um menor de idade no dia 9 de abril de 2013; Vereador Ari Friedenbach, pai da estudante Liana Friedenbach, assassinada e torturada, juntamente com seu namorado, Felipe Caffé; Jorge Damos, pai de Rodrigo Damos, assassinado em 27 de setembro de 1999; e Carlos Santiago, pai de Gabriela Prado Maia Ribeiro, de 14 anos, que foi vítima de uma bala perdida em uma estação de metrô na cidade do Rio de Janeiro*”.

Requerimento nº 47, de 2015, do Exmo. Sr. Deputado Sergio Zveiter, que “*requer audiência pública com a presença do Sr. João de Deus Lacerda Menna Barreto, Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro*”.

Requerimento nº 45, de 2015, da Sra. Erika Kokay, que “*requer audiência pública para que seja discutida a PEC 171 com os seguintes convidados: Victoria Verrastro, professora uruguaia, licenciada em Comunicação com ênfase em Organizações, fundadora e integrante do PRODERECHOS; Andrés Risso, assistente de professor do 3º grau da Universidad de La República, onde desenvolve projetos e pesquisas em políticas públicas na área de educação e da juventude e membro participante da coordenação do Movimento “No a La Baja”, do Uruguai; Carlos Amorim, Embaixador do Uruguai no Brasil e um representante do Ministério das Relações Exteriores do Brasil*”.

Requerimento nº 49, de 2015, da Deputada Sra. Erika Kokay, que “*requer que sejam convidados a Sra. Soraia da Rosa Mendes, professora da Cadeira de Direito Penal e Processual Penal da Universidade Católica de Brasília — UCB; Dra. Sílvia Cristina Yannoulas, professora da Universidade de Brasília; Alessandra Mirande de Souza, representante da Cáritas Brasileira; Klaus Paz de Albuquerque, Coordenador Nacional do Movimento de Adolescentes e Crianças; e o Sr. Douglas Moreira, representante do Centro Marista de Defesa da Infância*”.

Em votação os Requerimentos de nºs 34 a 49, de 2015.



As Sras. e os Srs. Deputados que aprovam permaneçam como se encontram.  
(Pausa.)

Aprovados todos os requerimentos.

Passo a palavra ao Deputado Delegado Waldir.

**O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR** - Sr. Presidente, nós temos apenas 40 sessões para fazer todos esses eventos? Eu gostaria de saber se o Relator vai jogar para cima e pegar aquele que ele vai fazer. Desculpe-me a manifestação. Eu queria elogiar todos os colegas Parlamentares pela vontade de trabalhar, de fazer audiências públicas, queria parabenizar a todos, mas acredito que o Relator vai ter dificuldade.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Andre Moura) - Deputado Waldir, vou passar a palavra diretamente ao Relator.

Como nós já dissemos aqui, o número de requerimentos para convidar pessoas às audiências públicas, às diligências, às visitas é muito grande. Com certeza o Relator, o Deputado Laerte Bessa, irá apresentar um plano de trabalho com o cronograma de tempo estabelecido, obviamente com participação igualitária dos favoráveis e dos contrários à redução da maioridade penal. O debate vai haver, mas dentro do prazo estabelecido pelo Relator.

Portanto, vamos ouvir a explicação de S.Exa. quanto ao plano de trabalho desta Comissão, para que todos nós possamos apreciá-lo.

Concedo a palavra ao Relator, o Deputado Laerte Bessa.

**O SR. DEPUTADO LAERTE BESSA** - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, eu vou fazer a leitura de nossa agenda de trabalho. Ao final, vou explicar melhor a situação das pessoas que serão convidadas para os debates e as viagens que faremos aos Estados, onde realizaremos audiências ou visitaremos presídios. Vários colegas propuseram visitas também a internatos de maiores, o que não está muito de acordo com o objetivo da Comissão, mas vamos fazer o melhor, dentro da limitação de tempo, para atender às várias expectativas.

Passo, então, à leitura do roteiro de trabalho:

“Comissão Especial da Maioridade Penal.



---

Trata-se de Comissão Especial criada pelo Ato da Presidência, datado de 31 de março de 2015, destinada a proferir parecer à Proposta de Emenda à Constituição nº 171, de 1993.

Roteiro de Trabalho.

I. Introdução.

Visando ao bom funcionamento desta Comissão Especial, sugerimos aos ilustres membros da Comissão Especial da Maioridade Penal o presente roteiro de trabalho, que, através da exposição de especialistas na área, permita a formação de convicção dos nobres Parlamentares acerca do tema.

A efetividade dos trabalhos desta Comissão Especial será obra de todos os seus integrantes. Todos os nobres Deputados serão convidados a participar ativamente das atividades da Comissão, inclusive sob a forma de requerimentos” — cujo prazo de apresentação se encerra hoje. “Por isso, serão necessárias reuniões administrativas, convocadas com antecedência e com pauta específica, para discussão e votação de requerimentos” — como nós estamos fazendo hoje.

“II. Método de trabalho.

Para a consecução dos objetivos da Comissão Especial, este plano de trabalho prevê a realização da aprovação de requerimentos diversos, audiências públicas, sessões de debates, entre outros.

Além das previstas neste plano de trabalho, poderão ser realizadas outras atividades julgadas necessárias pela Presidência, Relatoria e Plenário desta Comissão Especial.

III. Relatório final.

O relatório final será desenvolvido levando-se em consideração os diversos pontos de vista que serão apresentados ao longo das reuniões. Conforme previsão regimental, no prazo de 20 sessões o relatório será apresentado.

IV. Atividades a serem desenvolvidas.

Realizar audiências públicas com convidados especialistas e autoridades públicas que possam contribuir para a realização deste trabalho.

Realizar reuniões administrativas com a finalidade de avaliar os trabalhos desenvolvidos, a fim de assegurar a qualidade do relatório a ser produzido.



---

Será permitida a apresentação de requerimentos de audiência pública até a reunião do dia 29 de abril de 2015” — dia de hoje.

“A realização de audiências públicas começará no dia 06 de maio de 2015. Serão reservadas cinco reuniões ordinárias, exclusivamente para a realização de audiências públicas.

Poderão, mediante aprovação do Plenário, ser convocadas reuniões extraordinárias para a realização de audiências públicas.

Após a apresentação do relatório, discutir-se-á o relatório, para, após, proceder a sua votação.

Se a Comissão Especial assim o desejar, poderá ser apresentada proposição legislativa que julgue necessária para ajustar a legislação penal referente à punição de menores infratores.

#### V. Orientação para os trabalhos.

Orienta-se que seja respeitado o limite de quatro expositores em cada audiência pública, sendo dois favoráveis e dois contrários à redução da maioridade penal.

#### VI. Conclusão.

As atividades previstas nesse roteiro de trabalho objetivam conferir amplo debate, respeitando os diversos pontos de vista.

Pretende-se levar a efeito a consecução de um trabalho técnico, eficiente e capaz de subsidiar os membros desta Comissão com informações na formação da convicção política e jurídica sobre a matéria.

Nessa senda, será concretizado um importante e amplo debate acerca da conveniência e oportunidade da redução da maioridade penal.”

#### É o roteiro, Sr. Presidente.

Eu queria finalizar solicitando a todos os Parlamentares da Comissão, principalmente àqueles que apresentaram requerimentos solicitando a presença de especialistas em nossas audiências, que cada um estabeleça suas prioridades. Por exemplo, a Deputada Maria do Rosário solicitou a presença de mais de 20 experts na área. Peço à Deputada Maria do Rosário e aos demais colegas que determinem suas prioridades.



Não temos condições de convidar todo o mundo. Temos que dar prioridade aos requerimentos dos colegas e também às autoridades que realmente não deixam de comparecer às audiências marcadas.

Vamos estudar a forma como faremos as audiências fora daqui e também a possibilidade de atendermos a alguns pedidos de visita a presídios.

Os debatedores da próxima semana já estão escalados. Na semana que vem, na próxima reunião, eu darei a prévia do que será feito nas 20 sessões que teremos pela frente.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Andre Moura) - Apresentado o plano de trabalho pelo Relator, o Deputado Laerte Bessa, nós vamos abrir as inscrições para os debates.

Quero comunicar às Sras. e aos Srs. Deputados que a Ordem do Dia já teve início, mas, como já deliberamos os requerimentos, vamos prosseguir com o debate do plano de trabalho apresentado pelo Relator.

Tem a palavra o primeiro inscrito, o Deputado João Rodrigues.

**O SR. DEPUTADO JOÃO RODRIGUES** - Sr. Presidente, eu quero cumprimentar V.Exa. e os demais colegas.

Ouvimos atentamente ao Relator, a quem também cumprimento pela agenda de atividades proposta. Vi que há alguns requerimentos de visitas a presídios. Eu acho desnecessário visitar presídios — nós sabemos que são verdadeiros caos. Visitar para ver e dizer: “*Quer coisa ruim!*” não é preciso. Nós já sabemos que os presídios, não na sua totalidade, mas na sua maioria esmagadora, não recuperam ninguém. Isso já está muito claro.

Dos requerimentos pautados de convite a pessoas para virem à Comissão, 90% são de Parlamentares contrários à redução da maioridade penal. As pessoas que os são favoráveis à redução, como é o meu caso e o de muitos companheiros aqui, gostariam de trazer aqui dificilmente viriam.

Por exemplo, eu estou levantando dados em Santa Catarina. Eu gostaria de trazer a vítima, a mãe, o pai ou o filho. Das pessoas que já identifiquei, nenhuma quer se expor. Por quê? Por medo de represália, por medo de bandido. Esses adolescentes, em tese, que os colegas aqui defendem, essa escória da sociedade,



---

esses marginais acima de 16 anos é gente bandida que mata, que estupra, que trafica drogas — vejo o Deputado Perondi fazer cara feia. Não concebo que alguém possa defender essa gente.

Quem acha que eles são bonzinhos converse com o pai, com o filho, com a esposa que perdeu o ente querido nas mãos de um marginal.

A minha opinião ninguém muda. Acho que também a da maioria que está aqui ninguém muda. Em tese, do que precisamos? A redução da maioridade penal é obviamente o tema, mas o que precisamos discutir é o sistema de cumprir pena. Eu acho esta Comissão poderia ganhar tempo, porque já está muito claro que sua maioria esmagadora, como a maioria da sociedade brasileira, quer a redução da maioridade penal.

Ora, a quem representamos? Ao povo. Como chegamos aqui? Pelo voto do povo. Nós não viemos para cá pelo voto de pseudointelectuais; nós viemos pelo voto de quem sofre nas ruas, do cidadão que pena nas mãos dos bandidos. Foi esse o povo que nos conduziu até aqui. Agora, cada um, obviamente, uma vez aqui, faz o quer e como quer.

Como eu dizia, Deputado Perondi, eu acho que esta Comissão, além de discutir a redução da maioridade penal, poderia já discutir o cumprimento da pena — creio que nesse ponto todos nós vamos estar de acordo. Quando à redução, não concordamos todos. Agora, quanto ao cumprimento da pena...

Vamos fazer uma conta muito rápida. O Governo poderia construir um sistema prisional diferenciado para esses novos delinquentes, com escola, com emprego e com regime militarizado dentro do presídio. O sujeito tem que ir lá para saber que vai cumprir pena. Ele não vai para lá passar férias, não vai para uma colônia descansar; ele vai para pagar pelo crime que cometeu.

Sim, têm que ser dadas oportunidades, sobretudo ao sujeito que tenha cometido apenas um deslize. Agora, ao camarada bandido que pega um 38, que pega uma faca e tira a vida de um pai, ou estupra uma criança de 2 anos... Recentemente, em Tocantins, um garoto matou uma família inteira e estuprou uma criança. Como pode um negócio desses? Vamos ter pena dele?

Eu acho que a maioria dos que estão aqui começou a trabalhar aos 12 ou 13 anos de idade, e isso não fez mal a ninguém. Enquanto nós discutimos a redução da



---

maioridade penal, temos que discutir também o cumprimento da pena e, mais do que isso, a redução da maioridade civil, para que o sujeito tenha todos os direitos de qualquer cidadão maior de idade.

Semana que vem trarei a relação de meus convidados a dar depoimento nesta Comissão. Também as vítimas virão aqui.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Andre Moura) - Deputado, informo V.Exa. de que, na reunião passada, ficou estabelecido o dia de hoje como o prazo limite para a apresentação de requerimentos. O Relator, o Deputado Laerte Bessa, precisava de uma definição para estabelecer o cronograma de trabalho.

**O SR. DEPUTADO JOÃO RODRIGUES** - Bem, se o prazo se encerrou hoje, nós só vamos ouvir depoimentos de pessoas contrárias à redução. Mas, tudo bem. Nós não nos antecipamos porque a situação dos nossos convocados é complicada.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Andre Moura) - Perfeito.

**O SR. DEPUTADO ALBERTO FRAGA** - Sr. Presidente, pela ordem. Eu acho que V.Exa. deveria aceitar os requerimentos. Convocar, ou convidar, as pessoas propostas é outra questão, mas V.Exa. deveria aceitar os requerimentos, mesmo fora do prazo, de modo que os nomes propostos formassem como que um banco de reserva. V.Exa., juntamente com o Relator, faria as escolhas, a fim de não tirar nossa oportunidade.

**O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES** - Sr. Presidente, poderia ficar a critério do Relator analisar os novos requerimentos quanto à pertinência de convocar ou não, mas eles deveriam ficar como uma opção.

**O SR. DEPUTADO ALBERTO FRAGA** - Seria uma forma de V.Exa. não fechar a porta a muitos de nós.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Andre Moura) - Deputado Fraga, Deputado Aluisio e também Deputado Fausto, cuja intervenção foi no mesmo sentido, vejam que nós, no início dos trabalhos, apresentamos uma regra, que foi aqui aprovada por todos. Contudo, o Plenário da Comissão é soberano. Então, já que há, por parte do Deputado Fraga, do Deputado Aluisio, do Deputado Fausto e também do Deputado Guilherme a mesma sugestão, vou submetê-la ao Plenário. Se o Plenário a acatar, fica estabelecido que os requerimentos poderão ser apresentados e formarão, como sugeriu o Deputado Fraga, uma espécie de banco. Dentro do cronograma



---

estabelecido e já anunciado pelo Deputado Laerte Bessa, com a apresentação do relatório em 20 sessões, serão convidadas as pessoas cuja presença nos debates esta Comissão achar pertinente.

**O SR. DEPUTADO ALBERTO FRAGA** - Muito obrigado.

**O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES** - Sr. Presidente, agradeço sua compreensão e louvo sua eleição para Presidente da Comissão, assim como a democracia que V.Exa. implantou.

De fato, precisamos ter celeridade no trabalho. Nesse sentido, sua decisão é acertada. Precisamos fechar esta etapa, para que o Relator tenha condições de elaborar o plano de trabalho. No entanto, a sugestão do Deputado Alberto Fraga, do Deputado Fausto e também minha é no sentido de que ainda possamos apresentar alguns requerimentos, sem, de maneira nenhuma, comprometer o andamento dos trabalhos e a celeridade que todos nós queremos que esta Comissão tenha. E, dada a compensação entre os prós e contras, o Relator, a seu critério, poderá fazer um juízo de valor sobre esses novos requerimentos.

**O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI** - Sr. Presidente, eu acho que é interessante ouvir — não tenho nenhum óbice.

Quero, contudo, apenas fazer uma observação sobre o editorial da *Folha de S.Paulo* de segunda-feira. Trata-se de uma pesquisa feita pelo jornal e baseada em dados do Ministério da Justiça que mostra que há 700 mil presos e que 35% deles estão em regime de semiliberdade, ou de semiprivacidade — não sei o termo correto.

*(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

**O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI** - Regime semiaberto — sou médico e estou aprendendo muito com os delegados, advogados e policiais desta Comissão.

Então, 35% dos presos vivem em regime semiaberto, isto é, saem de manhã para trabalhar e voltam à noite. Dos 12 mil jovens presos, apenas 12% estão em sistema semiaberto. Isso é interessante.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Andre Moura) - O.k., Deputado.



---

**O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI** - Confesso que tenho medo de que nosso colega catarinense encaminhe um ofício manando prender todos nós que estamos humildemente defendendo a não redução da maioridade penal.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Andre Moura) - O.k., Deputado.

**O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI** - Estou fazendo uma brincadeira, é claro. Sou a favor do requerimento oral que o brilhante Deputado catarinense apresentou.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Andre Moura) - Muito obrigado.

Em votação o requerimento feito pelos Deputados Alberto Fraga, Aluisio Mendes, Guilherme Mussi, Fausto Pinato e João Rodrigues.

Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Fica estabelecido que novos requerimentos poderão ser apresentados e que ficarão à disposição do Deputado Laerte Bessa.

**O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES** - Sr. Presidente, V.Exa. pode estipular uma nova data limite.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Andre Moura) - Já que temos 20 sessões como prazo estabelecido, pode surgir um fato necessário que o Deputado Laerte Bessa entenda conveniente incluir nas audiências.

Seguindo a ordem de inscrição, concedo a palavra ao Deputado Alessandro Molon.

Antes, permita-me V.Exa. observar que, como já se iniciou a Ordem do Dia, vamos estabelecer um tempo de até 3 minutos para cada orador, contando com a compreensão de todos, para que possamos dar oportunidade aos vários inscritos.

**O SR. DEPUTADO ALESSANDRO MOLON** - De acordo, Sr. Presidente. Cumprimento V.Exa., o Relator e os demais membros da Comissão e cumprimento também os Deputados que propuseram a manutenção do prazo para a apresentação de requerimentos: o Deputado Fraga, de início, e os outros que a ele depois se somaram. Eu entendo que é uma decisão acertada, na medida em que o próprio andamento dos debates poderá sugerir a necessidade de ouvirmos mais alguém.



Sr. Presidente, quero fazer duas ponderações. A primeira, na verdade, é uma sugestão ao Relator, a mesma que eu fiz na Comissão que aprecia a proposta de mudança ou revogação do Estatuto do Desarmamento. Eu propus ao Relator Deputado Laudívio que, levando em conta que há aqui pessoas de várias áreas, pensasse em mesas temáticas. Por exemplo, vi aqui pessoas da Defensoria Pública, do Ministério Público e da Magistratura. Poderíamos fazer uma mesa composta por representantes de instituições que operam o Direito Penal — isso seria uma audiência pública. Poderíamos fazer outra audiência pública apenas com familiares de vítimas, outra com estudiosos do tema.

Eu acho que isso ajudaria a organizar os debates. A cada audiência pública, pensaríamos o assunto sob uma ótica específica. Senão, ainda que haja o mesmo número de convidados contrários e favoráveis, vão se misturar ONG, Defensoria Pública, sistema penitenciário...

Então, sugiro ao Relator que, ao elaborar sua proposta de audiências públicas, considere esta sugestão de fazê-las por mesas temáticas.

Passo à segunda ponderação, Sr. Presidente. Ainda que o Relator tenha dito que apresentará o relatório em 20 sessões, quero pedir a ele e a todos nós... Vamos ser francos aqui: nenhum de nós tem dúvida de que isso será votado na Comissão neste ano e que, portanto, estará pronto para ser votado em plenário ainda este ano. Ainda que isso não ocorra — vamos imaginar com exagero que não se vote a matéria este ano —, não temos dúvida de que o Presidente da Câmara está determinado a submetê-la ao Plenário. Ou seja, haja mais sessões, haja menos sessões, o fato é que ninguém aqui tem a ilusão de impedir que a matéria seja votada no prazo de 1 ano e 8 meses. Se estivéssemos no final do mandato do ex-Presidente Eduardo Cunha, ou no final de uma Legislatura, talvez alguém pudesse dizer que estariam enrolando para não votar, mas vamos ser francos: mesmo querendo, não há como fazer isso.

Nesse sentido, deixo também a sugestão de fazermos os debates, aprofundando-nos no tema, e, por ocasião do esgotamento do prazo, no limite, haver a apresentação do relatório. Se houver condições para sua apreciação antes disso, e se a Comissão estiver pronta, tudo bem.



Eu estou dizendo isso apenas para deixar claro que não devemos ter a ilusão de que será possível obstruir por 2 anos essa votação. Nenhum de nós deve ter essa ingenuidade.

Peço a V.Exa., Sr. Presidente, e ao Relator que reflitam sobre minhas sugestões, no sentido de fazermos um debate o mais aprofundado possível e, então, deliberarmos sobre o assunto.

Obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Andre Moura) - Passo a palavra ao Relator, para que responda ao Deputado Alessandro Molon.

**O SR. DEPUTADO LAERTE BESSA** - Deputado Alessandro Molon, a ideia é absorvermos o máximo possível do que for debatido aqui. Nessas 20 sessões, nós vamos subtrair não o que mais convier ao Relator, mas o que mais convier a toda a Comissão. Eu quero fazer o relatório com todos.

Se nós tivermos que prolongar as audiências para ouvirmos mais pessoas, obviamente com a aquiescência do Presidente, vamos fazê-lo — não quero tomar essa decisão sozinho, porque ela é muito importante para o País, e a situação é muito melindrosa. Eu quero a participação de todos, seja contra, seja a favor. Eu quero ouvir todo mundo, para que possamos formatar um trabalho que seja aprovado por unanimidade. É isto o que eu quero: que o relatório seja aprovado por unanimidade e que não encontre nenhum problema no plenário. E mais: quero compor uma comissão para, antes mesmo de aprovar o relatório, ir ao Senado discutir discuti-lo, para que ele não vire letra morta nesta Casa.

Temos que fazer esse trabalho com respeito à população brasileira, que exige de nós uma posição quanto à redução da maioridade.

Então, Deputado Molon, V.Exa. pode ter certeza de que eu estarei aberto a todas as reivindicações, a todos os requerimentos que vierem a ser apresentados. Apesar da agenda traçada, haverá diálogo, em prol da audiência e da boa vontade de todos os Deputados.

Podem ficar tranquilos: o Relator não será radical em nenhum momento.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Andre Moura) - Agradeço a explicação ao Deputado Laerte Bessa.

Concedo a palavra ao Deputado Aluisio Mendes.



---

**O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES** - Sr. Presidente, quero, em primeiro lugar, elogiar o programa de trabalho apresentado pelo Relator.

Em segundo lugar, quero dizer que entendo a ponderação do Deputado Alessandro Molon com relação à ampla e completa discussão do tema, lembrando S.Exa. contudo de que esse tema está em discussão na Casa há quase 20 anos.

Eu também entendo que ele precisa ser esgotado, discutido dentro da mais ampla democracia, e nós não podemos nos furtar a isso, porque se trata de um anseio da sociedade brasileira. Independentemente de ser contra ou a favor da redução, esta é uma discussão que a sociedade brasileira exige que seja feita ainda este ano.

Então, estou de acordo com o Relator. Não comprometendo a ampla discussão do tema, como pediu o Deputado Alessandro Molon, entendo que devemos dar celeridade aos debates, para que a Comissão possa, ainda este ano, apresentar o relatório a ser votado em plenário.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Andre Moura) - Muito obrigado, Deputado Aluisio Mendes.

Tem a palavra o Deputado Delegado Waldir.

**O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR** - Sr. Presidente, caros Deputados, semana passada, eu vi uma pesquisa publicada na *Folha de S.Paulo* que mostrava que 87% da sociedade querem a redução da maioridade penal. Dos 13% restantes que não a querem, 25% têm curso superior e 23% ganham mais de dez salários mínimos. Disso se conclui que quem não quer a redução é quem mora em condomínio fechado, tem grande poder aquisitivo e não convive no dia a dia com o problema da violência. São pessoas que têm outro perfil.

Eu gostaria de ir mais longe e lembrar o seguinte. Eu vi as dezenas de requerimentos que foram levados ao nobre Relator: é doutor de cá, doutor de lá, é direito humanos, é não sei o quê. Não tenho nada contra, mas o fato é que 90% desses requerimentos são de convocação de sociólogos e juristas. Pergunto: o que essas pessoas entendem de violência e de redução da maioridade penal? Eu gostaria de saber. São pessoas que falam de seus gabinetes.

Eu acho que nós temos que ouvir o povo.



Eu faço ao Relator a sugestão de criar um *site* de pesquisa sobre o que sociedade pensa em relação à maioridade penal. Falo do cidadão comum, de quem mora na periferia de São Paulo, nos morros do Rio de Janeiro, no entorno de Brasília. Vamos ouvir o povão: o vigilante, a doméstica, o caboclo que anda de ônibus todo dia. Não adianta ficarmos ouvindo autoridades. O que eles vão acrescentar a nós? A maior parte dos Deputados aqui tem conhecimento, formação jurídica.

Nós não somos a Casa do povo? Quem nos trouxe aqui? Quem nos elegeu? Nós temos que ouvir o povo.

Deputado Laerte, 95% dos que não querem a redução da maioridade penas são caboclos grã-finos, bacanas que vivem em condomínios fechados, locais de luxo, e que têm alto poder aquisitivo. Nós temos que parar com essa palhaçada e ouvir o povo.

Sr. Presidente, eis o que peço a V.Exa.: crie um *site* que dê a chance de o povão, o pessoal da periferia ser ouvido.

Sei que algumas pessoas não querem ouvir o que eu falo. Se não querem, coloquem fones de ouvido.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Andre Moura) - Peço a inscrição do Deputado Darcísio Perondi.

Concedo a palavra ao Deputado Alberto Fraga.

**O SR. DEPUTADO ALBERTO FRAGA** - Sr. Presidente, eu não tenho a pretensão, tampouco o otimismo do Relator de aprovar a emenda por unanimidade — a não ser que no dia alguns Parlamentares não venham à Comissão.

Acredito que nós sabemos qual vai ser o resultado, em virtude das pesquisas de opinião pública e do fato de esse assunto já vir sendo por demais debatido nesta Casa.

Faço um apelo àqueles que são contrários à redução no sentido de que ajudem o Relator a, pelo menos, construir um texto que não venha a ser tão, digamos, pior, como o Deputado Darcísio Perondi imagina que será. Nós queremos verdadeiramente dar uma resposta à sociedade, mas são vários os pontos de vista aqui. Eu, por exemplo, sou contra a redução para 16 anos pura e simples. Daqui a



---

alguns anos, vamos estar arrependidos por termos tido esta oportunidade e não termos feito as mudanças que verdadeiramente devem ser feitas na lei.

Há a questão de crime hediondo. Sou totalmente favorável a isso, mas também não seria irresponsável a ponto de achar que devemos colocar um garoto de 12 anos na cadeira — isso é que dizem de nós.

Há um artigo na *Veja* que eu peço que os amigos leiam com carinho. Em poucas palavras, ele diz que quem é a favor da redução está sendo atacado com rótulos, desqualificado. De fato, é assim que nos chamam: bancada da bala, bancada da Bíblia, bancada do boi. Isso não nos incomoda, porque vamos para o debate. Tenho certeza absoluta de que a sociedade brasileira está do nosso lado, e nós vamos dar uma resposta a ela.

Eu concordo plenamente com as ponderações do Deputado Alessandro Molon. Não adianta fazermos uma mesa composta apenas de pessoas contrárias e outra composta apenas de pessoas favoráveis. Por quê? Vai haver claque e uma série de coisas que acabarão incomodando e atrapalhando nossos trabalhos.

Os Parlamentares já são muito crescidinhos. Tenho certeza absoluta de que ninguém vai se intimidar com vaias, palmas ou qualquer outro tipo de coisa. Foi assim na CCJ e aqui não será diferente. Mas a ideia do Deputado Alessandro Molon é muito pertinente e eu concordo plenamente com ela.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Andre Moura) - Com a palavra o Deputado Darcísio Perondi, que pediu para fazer uma colocação sobre o pedido do Deputado Alberto Fraga.

**O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI** - Sr. Presidente, eu continuo com medo. Eu acho que quem é contra a redução pode ser preso aqui. Com todo o respeito ao Deputado Delegado Waldir, pessoa que admiro...

Eu acompanho o Deputado Delegado Waldir há 2 meses na CPI da PETROBRAS. É um homem brilhante e estudioso. Percebe-se que ele se prepara, que se aprofunda. Perguntei a ele — não precisava perguntar, porque ele é advogado... Creio que ele vai rasgar o diploma, porque acho que ele aprendeu advocacia não com um juiz, mas com o jardineiro, com todo o respeito aos jardineiros — eu adoro flores! Acho que ele aprendeu advocacia com o jardineiro ou



---

com o leiteiro, assim como outros colegas também, porque o vejo fazer a desmoralização do conhecimento, da estrutura do ensino, da universidade.

Nós tivemos um Presidente da República que só tinha o primário e foi um bom Presidente da República, mas não podemos valorizar aquele aprendizado e sim o que nós aprendemos. Eu valorizo meus professores, que estudaram muito. Graças a eles sou médico e bom pai. Graças a eles estou aqui como Deputado para ajudar o País. Eu valorizo os professores, valorizo o conhecimento. E tenho certeza de que o Deputado Delegado Waldir também os valoriza — acho que foi num momento de exaltação que ele fez aquela observação.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Andre Moura) - Muito obrigado, Deputado Darcísio Perondi.

**O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR** - Sr. Presidente, permita-me dar um abraço no meu amigo Deputado Darcísio Perondi.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Andre Moura) - No momento certo, Deputado.

Tem a palavra a Deputada Margarida Salomão.

**A SRA. DEPUTADA MARGARIDA SALOMÃO** - Prezado Relator, Deputado Laerte Bessa, também quero cumprimentá-lo pelas palavras, pela atitude, pela garantia de que vai construir um relatório que não seja apenas à não do seu ponto de vista, que cada um nós tem direito ao seu.

Na investidura importantíssima de ser o Relator de um tema tão controvertido e debatido na sociedade, é grande a sua responsabilidade de buscar construir consensos. É grande a sua responsabilidade de expressar, nesse relatório, os pontos de vista, que são diferentes e que têm toda legitimidade nesta Comissão.

Então, quero cumprimentar V.Exa. por isso.

Quero também cumprimentar a Comissão pela aprovação de todos esses relatórios. Sem sombra de dúvida, temos aqui uma grande diversidade de pontos de vista e pessoas muito qualificadas, seja pela experiência, seja pela formação técnica — nenhum de nós pensa em abrir mão delas. Pessoas que exercem funções de grande responsabilidade no Estado brasileiro como, por exemplo, a função de delegado de polícia, o fazem colocando em prática conhecimentos técnicos



---

específicos — por isso há, inclusive, concursos públicos, e concursos muito disputados.

Nós do Parlamento, representantes do povo brasileiro e também agentes públicos, temos que valorizar o conhecimento que vamos aqui compartilhar, sem preconceitos. Acho importantíssimo que a opinião de todos seja ouvida, mas há pessoas que, por sua dedicação ao tema, pela quantidade de informações que conseguiram consolidar, certamente ajudarão o Relator e toda a Comissão a construir a solução que a sociedade brasileira espera de nós.

Muitas felicidades na sua tarefa, Deputado!

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Andre Moura) - Obrigado pela participação, Deputada Margarida Salomão, nossa 2ª Vice-Presidente.

Concedo a palavra ao Deputado Fausto Pinato.

**O SR. DEPUTADO FAUSTO PINATO** - Sr. Presidente, quero parabenizar o Relator pelo plano de trabalho e deixar uma sugestão.

Eu fiz um requerimento convidando um juiz e gostaria de dizer por quê. Mesmo admitidos, acho importante que se justifiquem os requerimentos, para que não pare de dúvida sobre alguma intenção protelatória. Tenho certeza de que ninguém da Comissão, seja a favor seja contra, desde que o debate seja limpo e engrandecedor, vai barrar nenhum tipo de requerimento. Agora, o que não podemos é enchermos a Relatoria de requerimentos que não têm uma justificativa plausível.

Eu pedi para convocar o Dr. Evandro Pelarin, Juiz da Vara de Infância e Juventude que já foi de Fernandópolis e hoje é de São José do Rio Preto, porque foi o juiz que ficou conhecido em rede nacional por ter decretado o “toque de acolher”, que foi muito criticado.

O Juiz Pelarin, que tem 18 anos de experiência na Vara da Infância e da Juventude, aplicou medidas sócio-protetivas e emitiu liminares que proibiam o “rolezinho”. Na semana passada, segundo matéria publicada pelo *O Globo*, aplicou medidas enérgicas relativamente aos jovens da cidade de São José do Rio Preto. Trabalhando em parceria com empresários, tem dado autorização de trabalho aos jovens.

Repto, Sr. Relator: acho importante que seja feita a justificativa de cada requerimento, para que possamos verificar se ele irá engrandecer o debate. Como



V.Exa. disse, é de suma importância termos a humildade de debater, mas sem procrastinar.

Volto a dizer, principalmente aos colegas que são contra — respeito muito sua posição —, que vi vários requerimentos convocando esse e aquele tipo de pessoa — é pública e notória a maioria de quem é a favor aqui — e não vi um só requerimento, pelo menos agora, em que as pessoas que se dizem contra a redução apresentam algum trabalho ou algum estudo de ressocialização. Insisto em dizer que, no final, é aí que a matéria vai pegar. E digo mais: talvez um dos motivos para a instalação desta Comissão tenha sido a demora no debate, e ficou ensurdecedor para a população brasileira.

Então, volto a repetir, principalmente aos colegas que são contra: busquem soluções de ressocialização, porque isso também faz parte do nosso debate.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Andre Moura) - Nós é que agradecemos ao Deputado Fausto Pinato.

Tem a palavra o Deputado Delegado Éder Mauro.

**O SR. DEPUTADO DELEGADO ÉDER MAURO** - Sr. Presidente, Srs. Deputados, eu concordo com os colegas que se preocupam com os requerimentos escritos e as pessoas a serem convidadas. Já está acertado que serão sempre trazidos dois convidados contra e dois a favor. Minha preocupação é exatamente com aquilo sobre o que outros colegas já se posicionaram: a vinda à Comissão de posicionamentos orquestrados por pseudointelectuais.

De certa forma, isso não vai nos preocupar quanto ao que vamos analisar, porque nós temos, todo o País tem — estão aqui em minhas mãos — pelo menos quatro pesquisas mostrando a vontade dos brasileiros: quase 90% da população — segundo o Ibope, 83%; segundo o Vox Populi, 89%; segundo o DataSenado, 81%; segundo o Datafolha, 93% — clamam pela redução da maioridade penal.

Não entendemos, embora respeitemos, como alguns defendem bandidos de 16 e 17 anos sob a alegação de que são inocentes, de que são coitadinhos, de que não sabem separar o certo do errado. Ora, excelências, todos nós sabemos que há uma diferença muito grande entre os jovens de 1940, quando da criação do Código



---

Penal e da imposição da maioridade aos 18 anos, assim como ainda os jovens dos anos 50 e 60, quando eu nasci, e os jovens de hoje.

O jovem daquela época vivia em família, fazia programas em família, tinha a sua liberdade protegida, vigiada em limites. A rua onde morava e o caminho da escola eram seus limites. As festas eram nas ruas onde moravam. Então, não se pode permitir que dos jovens de hoje — que têm acesso completo à Internet, onde aprendem tudo o que é bom e o que é ruim; que têm a liberdade globalizada, aprendendo tudo o que é bom e o que é ruim; que sabem o que fazem e que votam para escolher os políticos e o destino do País — queiram alguns dizer que não sabem o que é certo e o que é errado.

Nós não podemos aceitar isso, Sr. Presidente, porque nós sabemos que esses marginais de 16 e de 17 anos são os que estão causando os maiores conflitos de violência em nível médio e que levam ao fator morte dentro do Brasil. A população brasileira não quer mais isso. O ECA não pune. O ECA protege e incentiva esses jovens a praticarem crimes, porque não existe punição.

Nos crimes tidos como leves, Sr. Presidente — roubos sem mortes, em que eles humilham, batem e levam tudo o que a pessoa tem —, quando eles são apreendidos em flagrante e levados a uma delegacia de polícia, junto com a vítima, após horas de procedimento, a vítima assiste pasma ao menor bandido ser entregue a alguém que tenha assinado o termo de responsabilidade e sair primeiro do que ela pela porta da frente. Ora, isso não é lei para gente de bem que vive de trabalhar.

Quando eles praticam crimes tidos como hediondos, como estupro ou roubo seguido de morte, e são apreendidos em flagrante e levados para a delegacia de polícia, eles vão certos de que também não serão punidos, porque o tempo máximo de internação que vão pegar é de 3 anos, Sr. Relator. Desses 3 anos, eles cumprem 3, 4, 5 meses. Em seguida, são avaliados e passam a cumprir a pena sob um regime de fiscalização, de medidas socioeducativas.

Quanto valeu a vida que eles tiraram: 3, 4 meses? Quanto valeu a família que eles destruíram: 3, 4 meses?

Isso tem que mudar, Sr. Presidente. Nós desta Comissão temos de entender que esses bandidos têm que ir é para a cadeia. Os presídios que alguns aqui querem conhecer, quem tem que conhecer são eles — é para lá que eles têm que ir!



---

É isso o que tem de acontecer para que nós haja punição no País, para que esses jovens saibam que serão punidos por seus crimes, que irão para a cadeia.

Obrigado, Sr. Presidente. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Andre Moura) - Nós é que agradecemos.

Peço que a posição de cada Parlamentar, independentemente de ser favorável ou contrária, seja respeitada. Aqui não são permitidas manifestações.

**A SRA. DEPUTADA MARGARIDA SALOMÃO** - Tenho uma questão, Sr. Presidente.

As 20 reuniões que nós teremos são contadas a partir da aprovação do plano de trabalho, não é isso?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Andre Moura) - Não, as 20 reuniões são contadas a partir da primeira reunião havida, que foi a da instalação da Comissão.

**A SRA. DEPUTADA MARGARIDA SALOMÃO** - Está reunião já é a oitava?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Andre Moura) - Esta reunião já é a décima.

**A SRA. DEPUTADA MARGARIDA SALOMÃO** - A décima? Então, a rigor, nós só teremos mais dez sessões?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Andre Moura) - O Deputado Alessandro Molon fez uma indagação nesse sentido, e o Relator explicou que, sendo necessário, obviamente vai solicitar um prazo maior.

Com a palavra a Deputada Magda Mofatto.

**A SRA. DEPUTADA MAGDA MOFATTO** - Sr. Presidente, Sr. Relator Laerte Bessa, parabéns pela coordenação dos trabalhos.

Tenho acompanhado a discussão e realmente acho importante cada vez mais ser discutido e colocado à mesa o que a população em geral espera de nós Parlamentares. Também a imprensa está muito atenta.

Eu fui por diversas vezes procurada pela imprensa para dar entrevista. Uma das perguntas que mais me fazem é se eu não tenho medo de expressar a minha posição quanto à redução da maioridade penal. Não é só a mim que fazem esse questionamento, mas me fazem, principalmente, porque eu tomei a iniciativa de fazer uma pesquisa e procurar parentes de vítimas de menores infratores, de menores criminosos. Procurei essas vítimas exatamente pensando não só em ouvi-las, mas também em convidá-las para vir à audiência pública. A maioria absoluta



---

pediu para não se expor. A maioria absoluta disse ter medo de maiores perseguições, ter medo de mais ações contra a família — família que são os parentes de alguém que já foi vítima desses menores criminosos.

Então, faço esta observação: quem deve realmente se preocupar — e eu concordo com eles — é quem está demonstrando a sua posição favorável à redução da maioridade penal.

Quero parabenizar alguém que tomou a iniciativa e disse que gostaria de vir aqui dar seu depoimento. Trata-se de uma pessoa de renome nacional que não é advogado, não é juiz, não é promotor, mas é extremamente popular e querida pela maioria absoluta da população brasileira: o cantor e compositor Amado Batista. Eu o parabenizo, porque foi ele quem tomou a iniciativa de me procurar e dizer que gostaria de vir dar seu depoimento, na condição de pessoa simples, comum, de pessoa que não é de uma sociedade especial. Apesar da projeção de seu nome, veio de família pobre, humilde, e tem vivido e assistido a tudo.

Então, Sr. Presidente, reforço minha posição favorável à maioridade penal. Hoje, quem tem medo é quem já foi vítima, pessoas que realmente precisam da proteção da sociedade e das autoridades para não serem vítimas novamente de menores criminosos.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Andre Moura) - Muito obrigado, Deputada Magda Mofatto.

Concedo a palavra ao Deputado Delegado Waldir.

**O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR** - Vou ser muito rápido, Sr. Presidente. Infelizmente, meu amigo Deputado Perondi está indo embora — o Deputado Molon já foi.

Quero apenas lembrar que precisamos convocar algumas dessas pessoas. Isso é realmente importante.

A cada 4 anos, nobre Presidente, nós vamos às ruas, vamos às feiras em busca de votos. Para buscar votos, vamos até o povo; para ouvir o que as pessoas pensam, chamamos os bacanas. Peço aos colegas que reflitam sobre isso. Nós temos que ouvir mais o povo, o cidadão, aquele que nos escolhe.

O Deputado Perondi é fantástico, é guerreiro de linha de frente na Comissão, mas eu gostaria de sugerir a ele ouvir seus eleitores. Eu garanto que S.Exa. e o



---

Deputado Molon vão mudar de opinião, se ouvirem seus eleitores. Digam ao Deputado Molon, que mora em Copacabana, para subir o morro e ouvir o que o cidadão da favela, que vive todos os dias com violência à sua porta.

Sr. Presidente, é o que eu queria dizer, por ter sido citado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Andre Moura) - Muito obrigado.

**O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES** - Sr. Presidente, já existe alguma convocação aprovada e agendada?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Andre Moura) - Já temos, para a primeira audiência pública, por designação do Relator, o Sr. Humberto Costa Vasconcelos Júnior, Juiz Titular da Vara Regional da Infância e Juventude de Recife; o Sr. Siro Darlan, Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro; o Coronel Telhada, Deputado Estadual da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo; e o Sr. Osmar Terra, Deputado Federal pelo PMDB do Rio Grande do Sul.

**O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES** - Esses já serão ouvidos na próxima reunião?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Andre Moura) - No próximo dia 6.

**O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES** - Obrigado, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Andre Moura) - Não havendo mais quem queira fazer uso da palavra e nada mais havendo a tratar, vou encerrar os trabalhos. Antes, convoco reunião de audiência pública e de deliberação de requerimentos para o próximo dia 6 de maio de 2015, quarta-feira, às 14h30min, em plenário a ser oportunamente informado.

Declaro encerrada a presente reunião.